



TESOURO NACIONAL

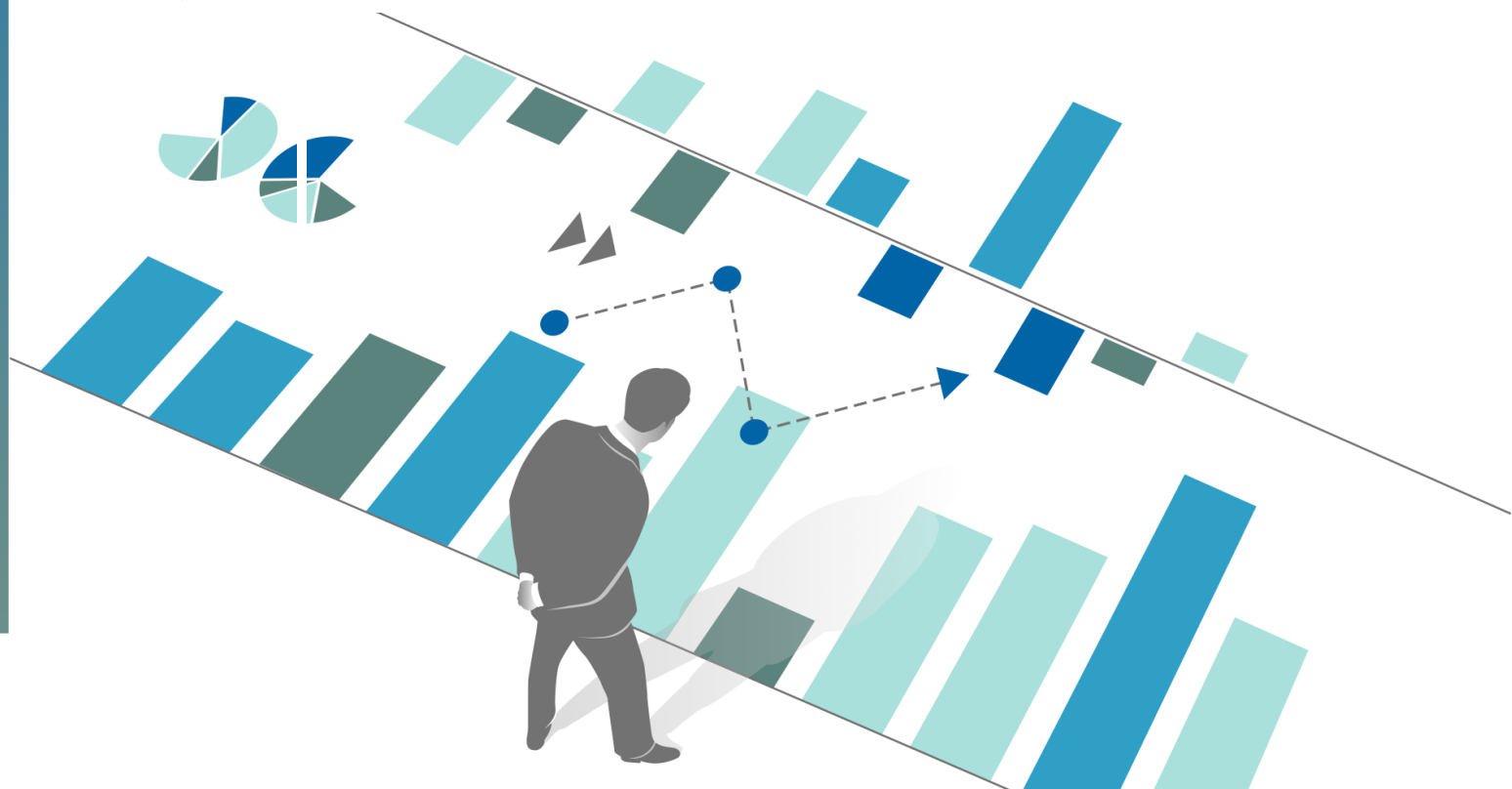
# RTN 2019

novembro

## Resultado do Tesouro Nacional

Brasília, 27 de dezembro de 2019

Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional



# Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central  
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Discriminação	Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019							
	Jan-Nov		Variação (2019/2018)		Novembro		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.339.672	1.401.536	4,6%	0,9%	124.243	127.120	2,3%	-0,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	228.834	246.952	7,9%	4,1%	24.871	25.184	1,3%	-2,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.110.838	1.154.584	3,9%	0,2%	99.372	101.936	2,6%	-0,7%
IV. DESPESA TOTAL	1.203.333	1.234.916	2,6%	-1,0%	115.590	118.425	2,5%	-0,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	4.021	0	-100,0%	-100,0%	0	0	-	-
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)</b>	<b>-88.474</b>	<b>-80.331</b>	<b>-9,2%</b>	<b>-12,4%</b>	<b>-16.218</b>	<b>-16.489</b>	<b>1,7%</b>	<b>-1,6%</b>
Tesouro Nacional e Banco Central	97.830	120.730	23,4%	18,9%	1.750	4.677	167,3%	158,8%
Previdência Social (RGPS)	-186.304	-201.062	7,9%	4,1%	-17.968	-21.166	17,8%	14,1%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,4%	-1,2%	-	-	-	-	-	-

Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional	98.743	121.325	22,9%	18,2%	1.802	4.816	167,2%	-
Resultado do Banco Central	-913	-613	-32,8%	-51,9%	-52	-158	200,5%	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-186.304	-201.062	7,9%	4,1%	-17.968	-21.166	17,8%	10,7%

Em **novembro de 2019**, o **déficit primário** foi de **R\$ 16,5 bilhões**, frente a **déficit de R\$ 16,2 bilhões em novembro de 2018** (valores nominais).

**No acumulado até novembro de 2019**, houve **déficit primário de R\$ 80,3 bilhões**, frente a **déficit de R\$ 88,5 bilhões em 2018** (valores nominais).

Em termos reais:

- Até nov/19: **déficit de R\$ 80,6 bilhões**
- Até nov/18: **déficit de R\$ 92,1 bilhões**



# Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses  
 Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de nov/19 – IPCA

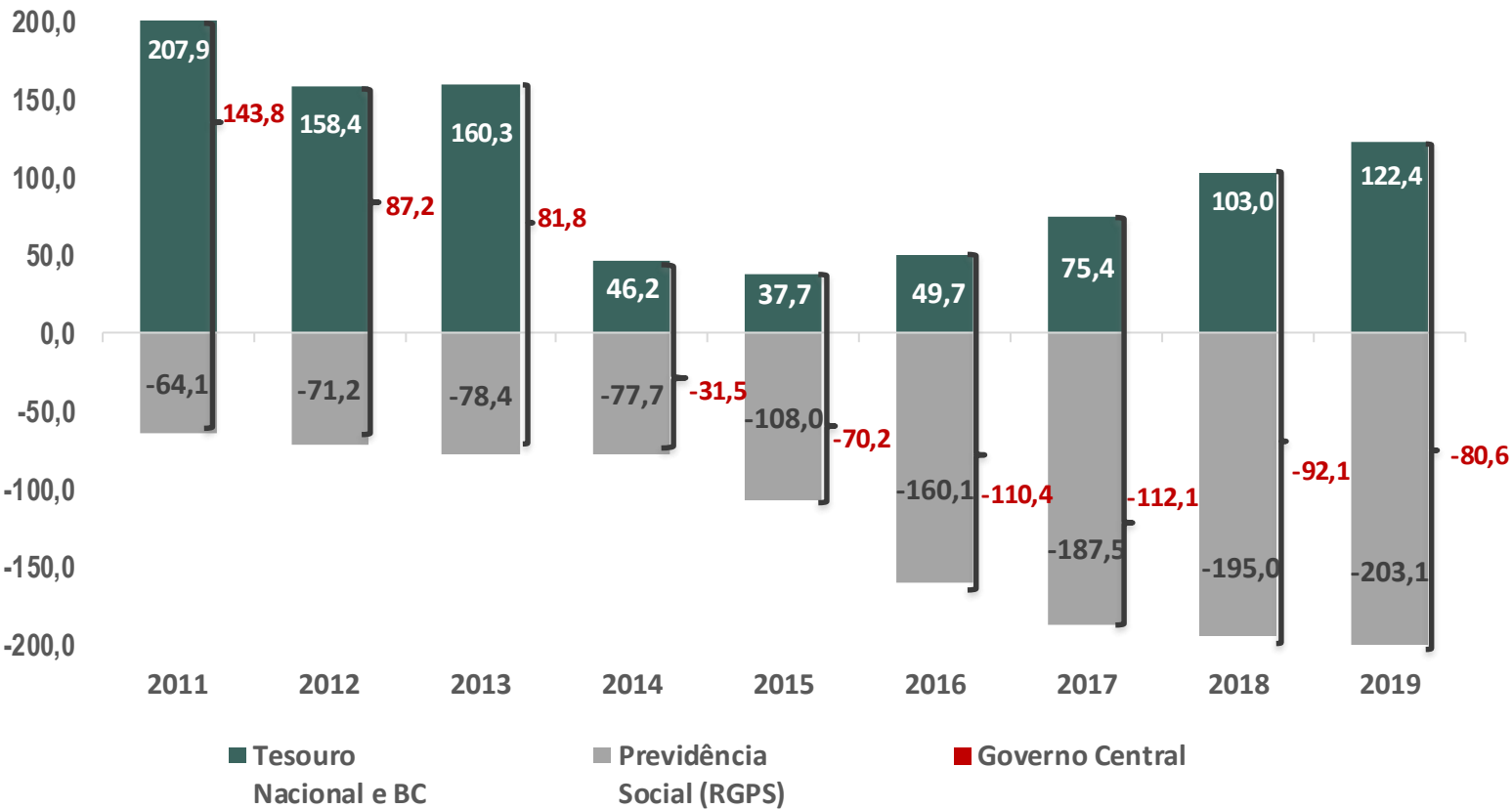


O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses alcançou **déficit de R\$ 113,4 bi**, equivalente a **1,55% do PIB**.

A meta de resultado primário do Governo Central para 2019 é **déficit de R\$ 139,0 bi**, equivalente a **1,94% do PIB**.

# Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes  
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de nov/19 – IPCA



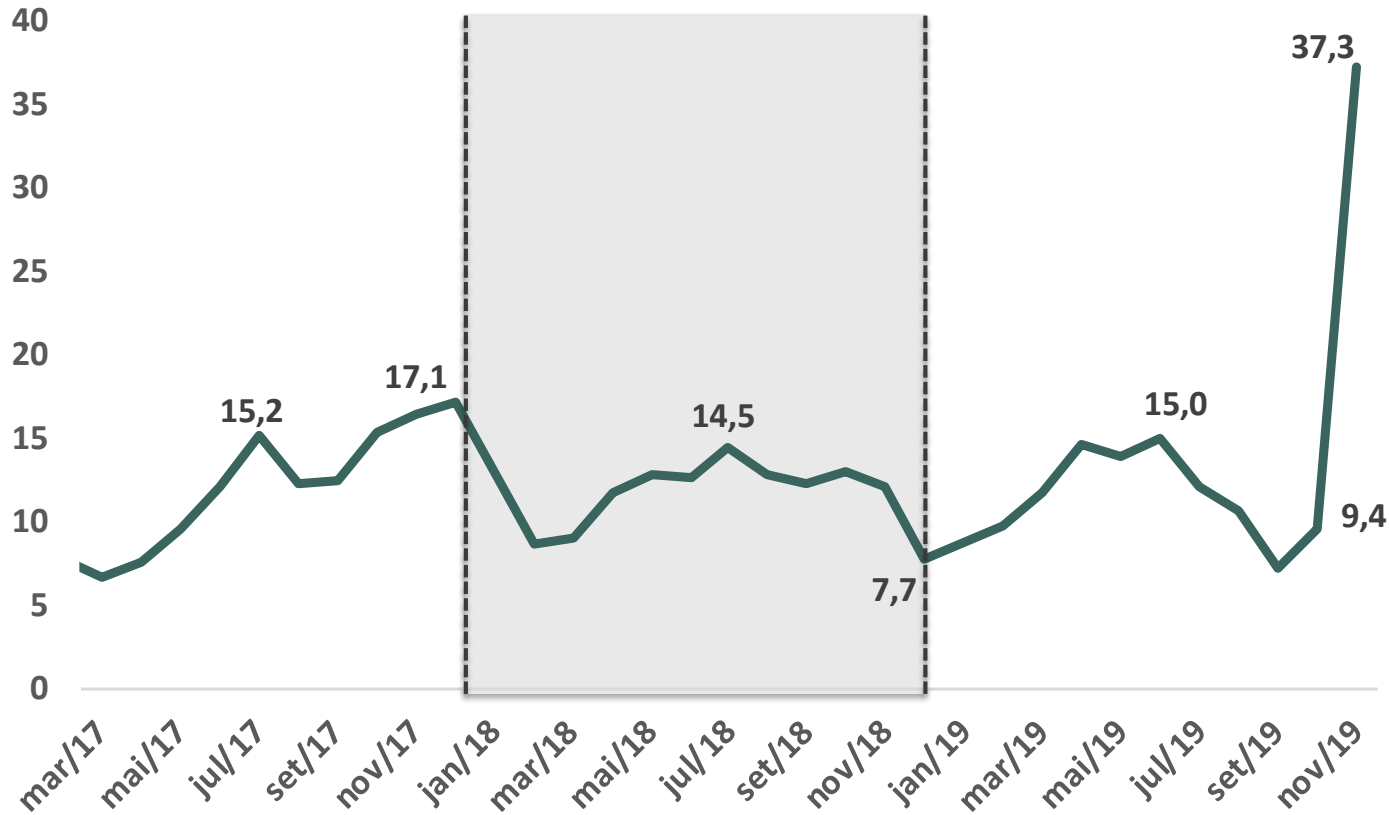
Nos primeiros onze meses de 2019, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 203,1 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** foram **superavitários em R\$ 122,4 bilhões**.

Os déficits acentuados na previdência (social e regime próprio) têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

# Execução Financeira do Governo Central

## Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – 2017-2019  
R\$ Bilhões – Valores Correntes



Em novembro de 2019, o **empocamento** totalizou **R\$ 37,3 bilhões**, contra R\$ 9,4 bilhões em setembro.

O empoçamento em novembro de 2019, muito superior à média dos últimos anos, é **explicado principalmente pela liberação de limites financeiros da cessão onerosa no final do mês de novembro.**

\* Para todos os anos, não há dados para o mês de janeiro, uma vez que o primeiro decreto de programação financeira é publicado apenas no fim de janeiro.

# Execução Financeira do Governo Central

## Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição novembro/2019

R\$ Bilhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Emendas	12,1	8,8	3,3
Ministério da Defesa	22,6	16,8	5,8
Ministério da Educação	30,7	25,0	5,7
Ministério da Saúde	100,3	94,7	5,6
Ministério do Desenvolvimento Regional	12,3	8,2	4,1
Ministério da Cidadania	34,7	31,3	3,4
Demais	42,9	33,5	9,3
<b>Total</b>	<b>255,5</b>	<b>218,2</b>	<b>37,3</b>

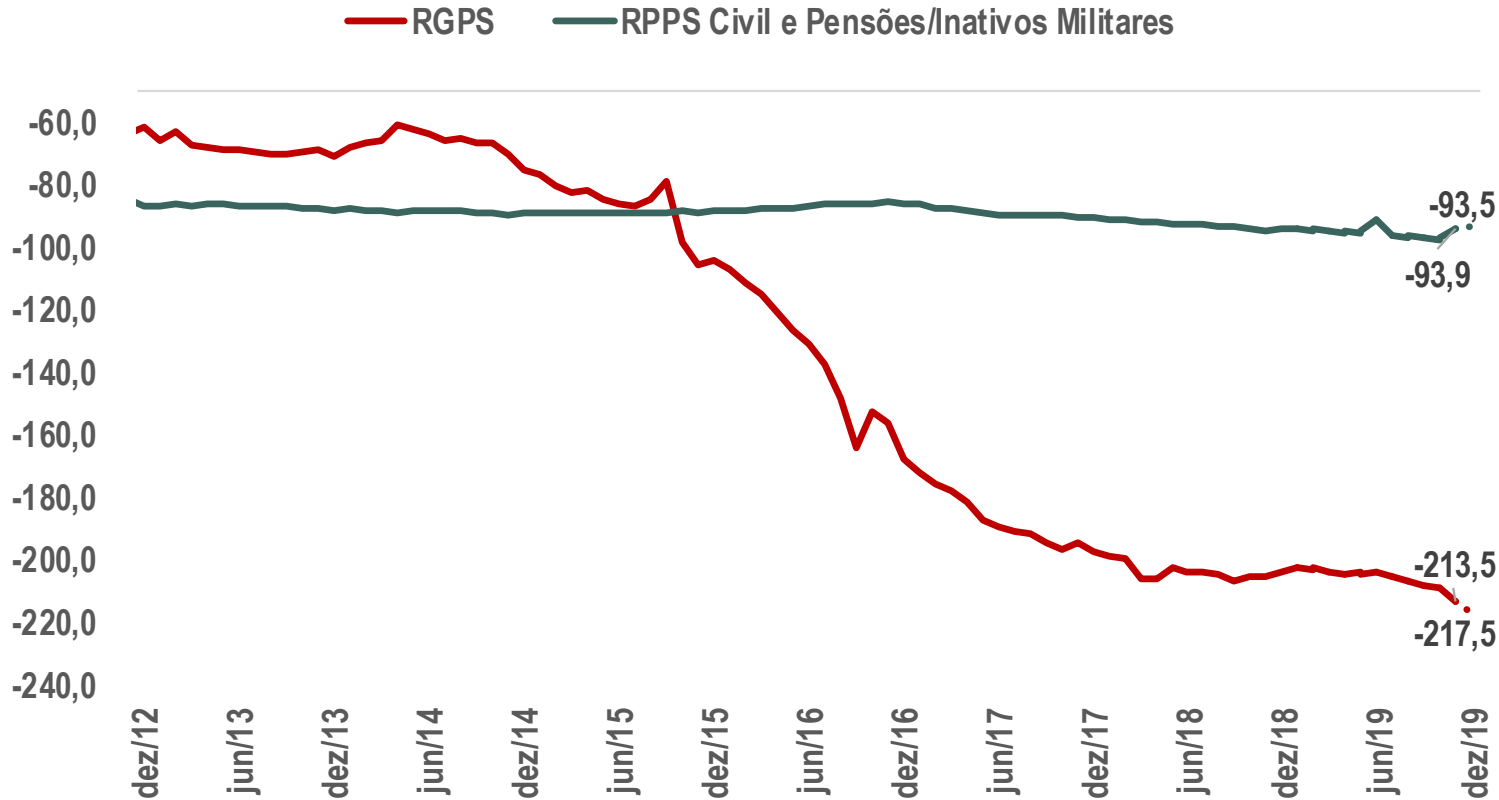
Em novembro de 2019 o **empoçamento** totalizou **R\$ 37,3 bilhões (14,6% do limite de pagamento)** implicando elevação de R\$ 27,9 bi em relação ao mês anterior.

A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e novas despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

# Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares\* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2012/2019 – R\$ Bilhões – A preços de nov/19 - IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 307,4 bilhões** no Governo Central no acumulado em 12 meses até novembro de 2019, a preços de nov/2019 – IPCA.

Projeta-se que, ao final de 2019, o déficit será de **R\$ 311,0 bilhões**, equivalente a **4,3% do PIB**.

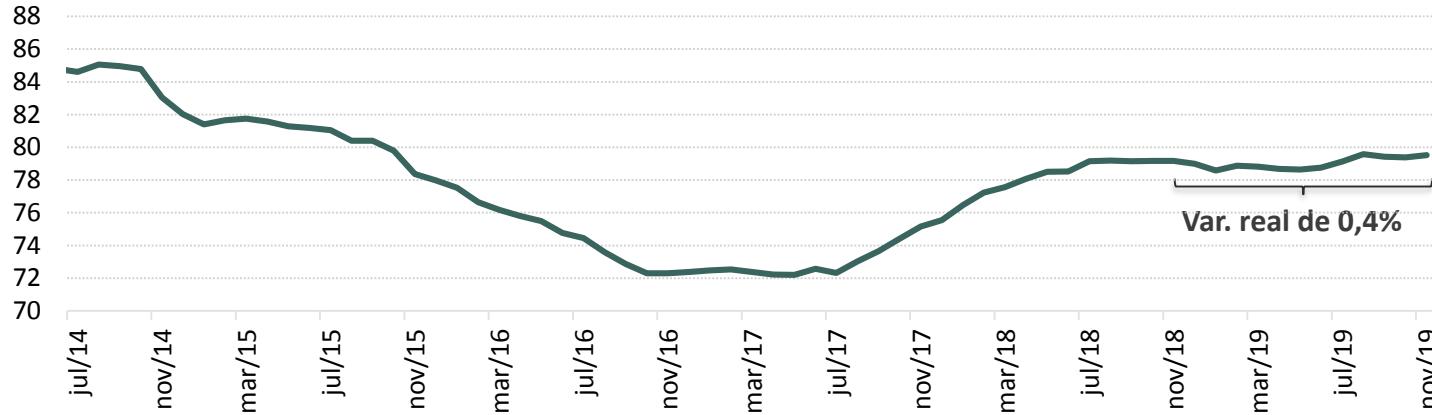
\* Inclui FCDF.

# Receitas do Governo Central

## Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

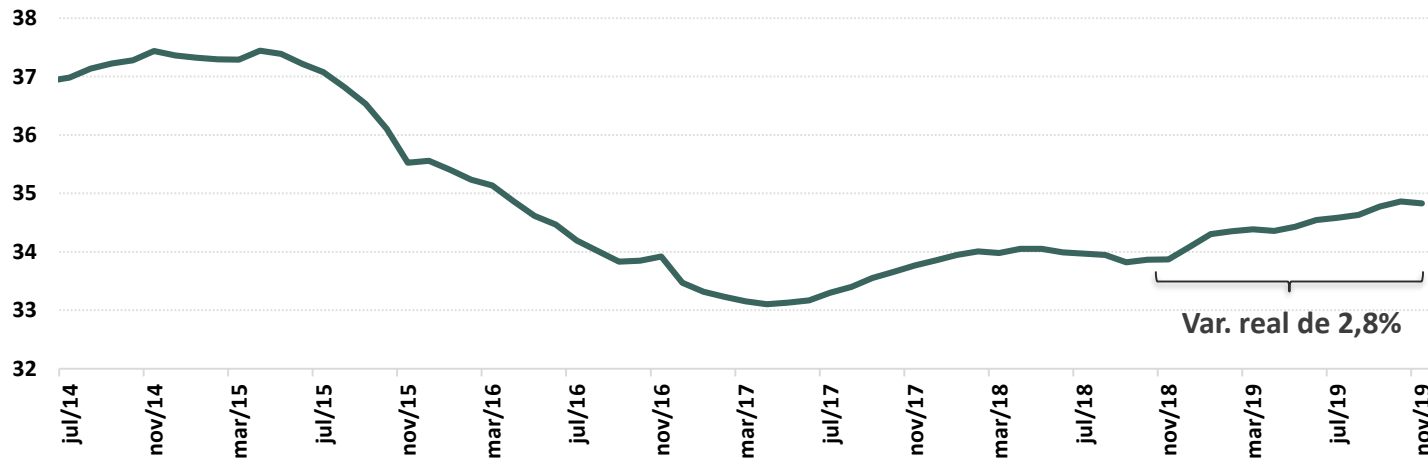
Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de nov/19 - IPCA

*Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação*



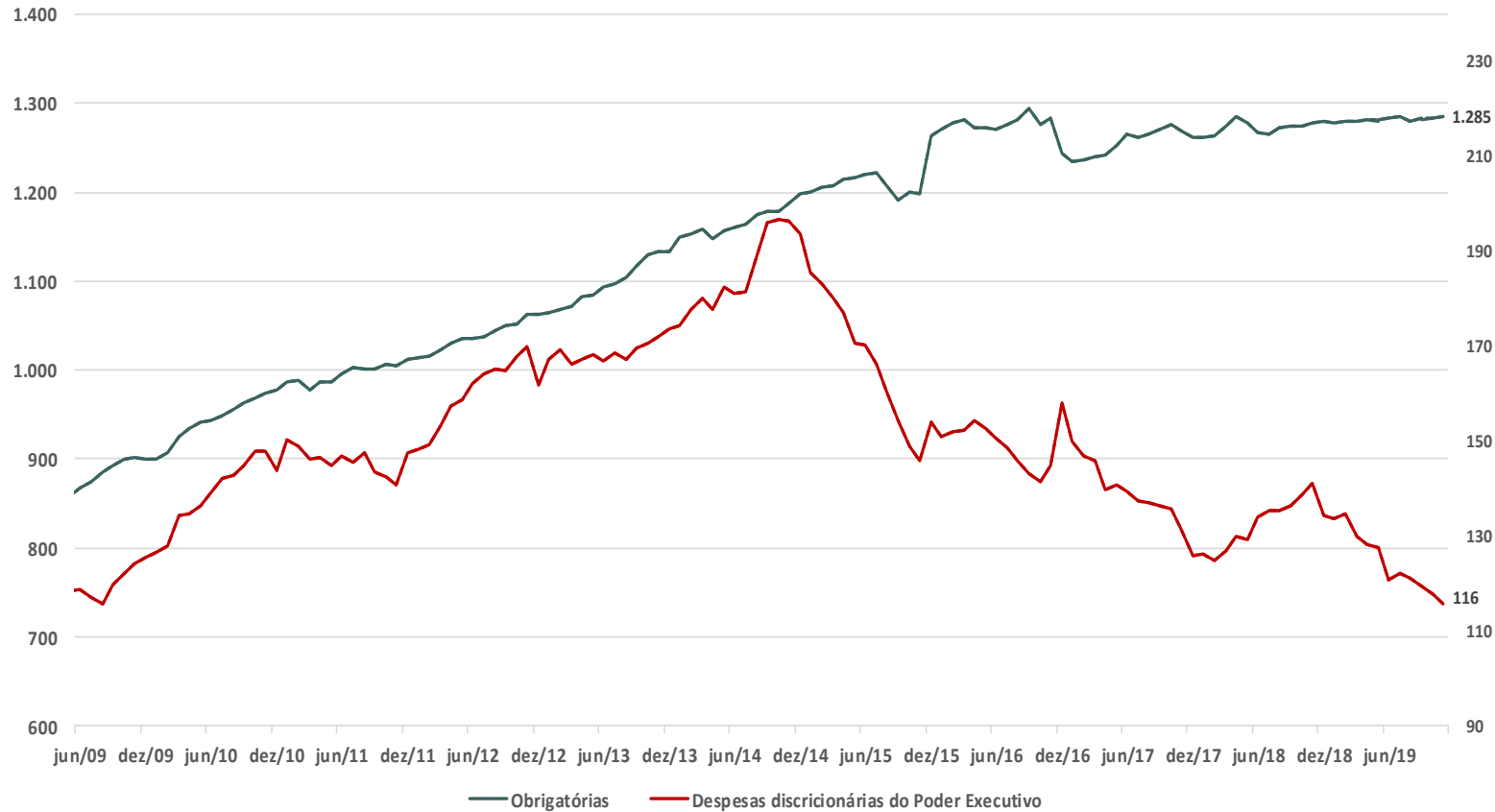
A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou **crescimento real de 0,4%** em relação a novembro de 2018, enquanto a da **arrecadação líquida para o RGPS** subiu **2,8%** para o mesmo período.

*Arrecadação Líquida para o RGPS*



# Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central\* – Acumulado 12 meses  
 Brasil - 2009 a 2019: R\$ Bilhões – A preços de nov/19 - IPCA

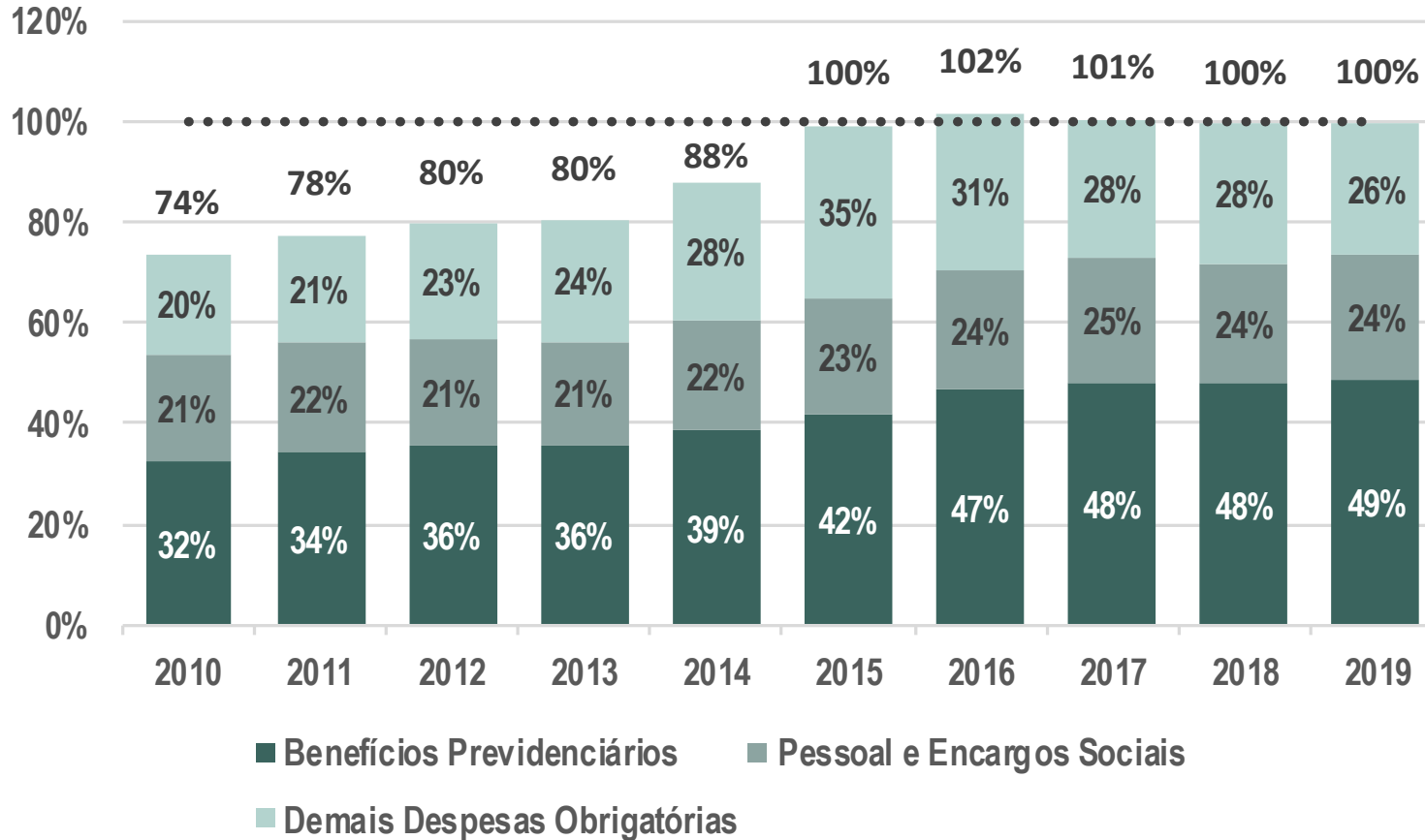


**As despesas discricionárias atingiram R\$ 115,8 bilhões no período de 12 meses encerrado em novembro de 2019, o mesmo nível de agosto de 2009, em termos reais.** Essas despesas são pressionadas pelo crescimento persistente das obrigatórias.

\* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em novembro de 2010;

# Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias\* como proporção da Receita Líquida – Brasil  
2010 a 2018: Anual; 2019: Acumulado em 12 meses até novembro



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.

Para retornar ao patamar de 2010 seria necessário uma redução das despesas obrigatórias de R\$ 329,6 bilhões (4,7% do PIB) ou uma elevação da receita líquida de R\$ 446,7 bilhões (6,3% do PIB).

O desafio do controle da despesa do governo central nos próximos anos dependerá da dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias, em especial, gastos com previdência e despesas com pessoal.

\*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

# Despesas do Governo Central

## Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2018/2019– A preços de nov/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
<b>IV . DESPESA TOTAL</b>	1.260.789,6	1.247.963,6	-12.826,0	-1,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	548.885,1	565.856,3	16.971,2	3,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano	431.385,5	446.764,7	15.379,2	3,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	117.499,6	119.091,6	1.592,1	1,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	278.500,1	281.695,0	3.194,8	1,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	192.962,8	180.174,6	-12.788,2	-6,6%
Abono e Seguro Desemprego	51.730,6	51.440,4	-290,2	-0,6%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	53.884,8	55.422,9	1.538,2	2,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.859,7	5.163,6	303,9	6,3%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	4.660,8	3.198,2	-1.462,6	-31,4%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	13.236,1	9.622,5	-3.613,6	-27,3%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	13.508,7	14.091,6	583,0	4,3%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	11.781,6	9.953,0	-1.828,6	-15,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	14.505,5	15.325,9	820,4	5,7%
Subsídios, Subvenções e Proagro	14.499,8	10.376,6	-4.123,2	-28,4%
Impacto Primário do FIES	2.562,3	1.473,8	-1.088,4	-42,5%
Demais	7.733,1	4.105,8	-3.627,3	-46,9%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	240.441,6	220.237,8	-20.203,8	-8,4%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	129.281,1	126.408,6	-2.872,5	-2,2%
Discricionárias	111.160,5	93.829,1	-17.331,3	-15,6%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	257.569,4	227.749,4	-29.820,0	-11,6%
Outras Despesas de Custeio	215.124,9	192.230,0	-22.894,9	-10,6%
Outras Despesas de Capital	42.444,5	35.519,4	-6.925,1	-16,3%

No acumulado no ano de 2019 a despesa total diminuiu em termos reais (-1,0%). As principais variações foram:

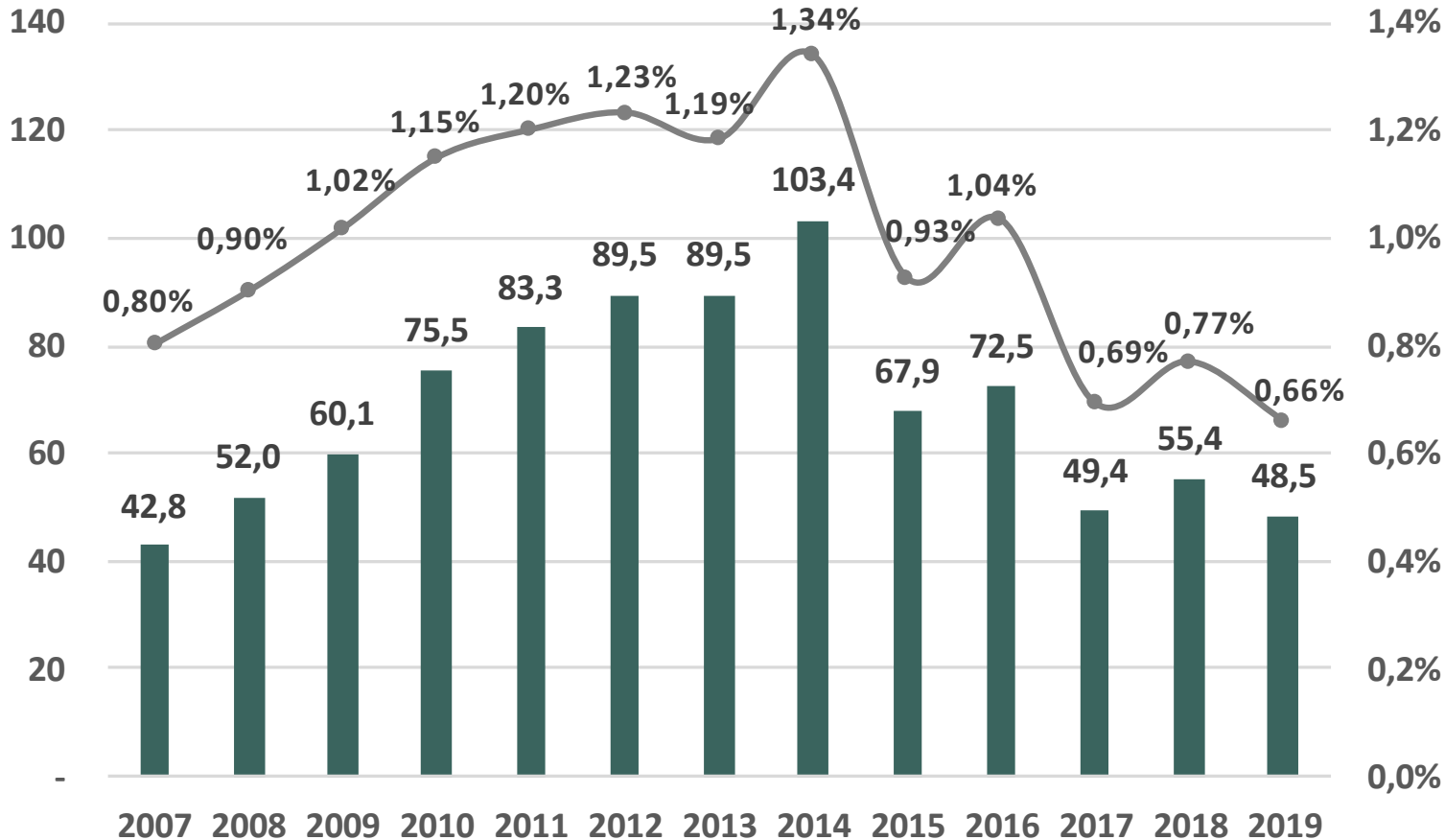
- Benefícios Previdenciários (+R\$ 17,0 bilhões)
- Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 3,2 bilhões)
- BPC da LOAS/RMV (+R\$ 1,5 bilhão)
- Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (- R\$ 3,6 bilhões)
- Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (-R\$ 1,8 bilhão)
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 4,1 bilhões)
- Discricionárias (-R\$ 17,3 bilhões)

\* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

# Despesas do Governo Central

## Investimentos

Despesas de Investimento como % do PIB e a preços de novembro/2019 IPCA - R\$ Bilhões  
2007-2018: Anual; 2019: Acumulado em 12 meses até novembro



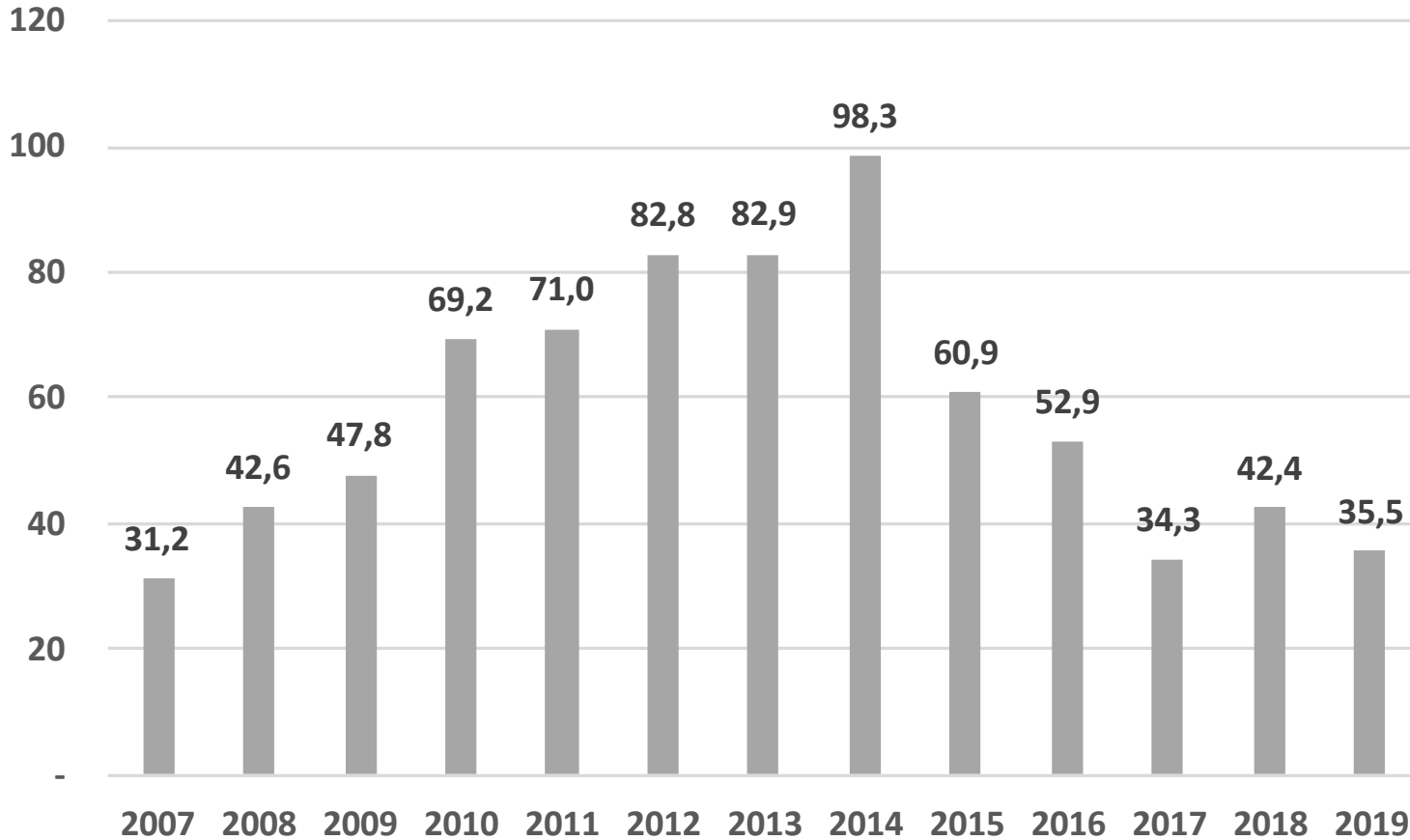
No acumulado em 12 meses até novembro de 2019, os **investimentos totalizaram R\$ 48,5 bilhões**. Em percentual do PIB, o nível de investimento está **inferior ao patamar do ano de 2007**.

A valores de novembro/19, o investimento acumulado em 12 meses foi **menor do que a metade do investimento de 2014**, topo da série histórica.

# Despesas do Governo Central

## Investimentos

*Despesas de Investimento a preços de novembro/2019 IPCA - R\$ Bilhões*  
*2007-2019: Acumulado de janeiro a novembro*



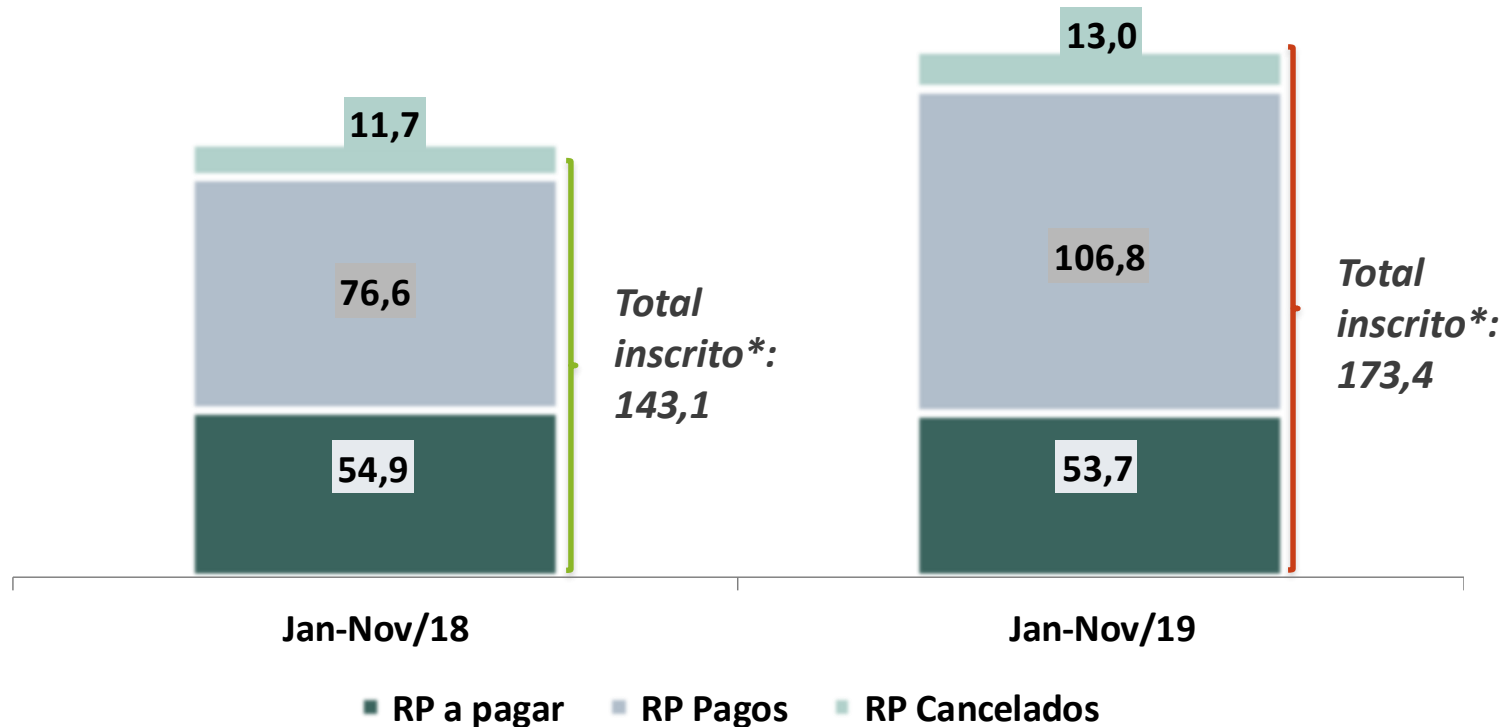
A valores de novembro/19, o **investimento acumulado nos onze primeiros meses de 2019 foi R\$ 35,5 bilhões, cerca de 36% do valor para o mesmo período de 2014, topo da série histórica.**

Esses dados ilustram a importância de uma ampla **revisão das despesas obrigatórias e da rigidez orçamentária, que comprimem o investimento.** É importante também o fortalecimento das instituições de gestão do investimento público e um esforço de priorização de projetos, para adequação ao cenário fiscal.

# Despesas do Governo Central

## Execução de Restos a Pagar\*

Brasil – 2018/2019 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até novembro de 2019 correspondeu a **R\$ 106,8 bilhões**, contra **R\$ 76,6 bilhões** no ano anterior.

A elevação de R\$ 30,2 bi foi influenciada pela mudança na sistemática de pagamento de despesas após a emissão da ordem bancária (OB). Essa alteração elevou o estoque de RAP de 2019 em R\$ 34,0 bilhões, montante que foi pago em janeiro.

O estoque atual de RAP a pagar totaliza **R\$ 53,7 bilhões**, muito próximo ao estoque de R\$ 54,9 bilhões em 2018.

\* Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:

<http://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/publicacao-2019-02-20-8607791904>

# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2018

✓ R\$ 1.284.776.897.036,60

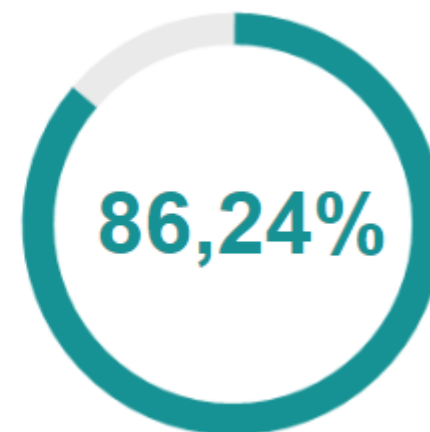
Limite para 2019

⚠ R\$ 1.407.052.612.991,00

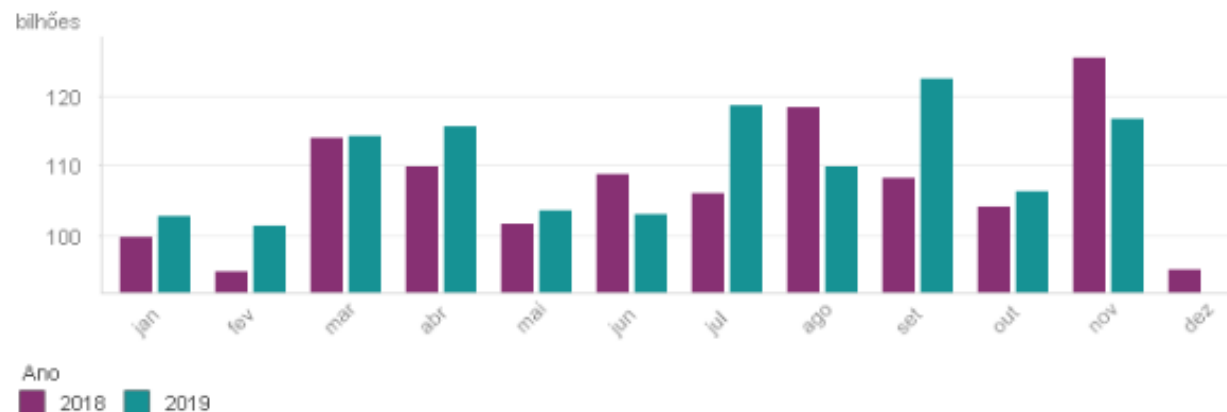
Pagamento acumulado em 2019

✓ R\$ 1.213.412.381.089,89

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2019	PLOA 2019 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.213.410	1.407.053	86,2%
II.1 Poder Executivo	1.158.385	1.343.213	86,2%
II.2 Poder Legislativo	10.510	12.419	84,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.917	6.040	81,4%
II.2.2 Senado Federal	3.819	4.329	88,2%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.774	2.050	86,6%
II.3 Poder Judiciário	38.433	44.447	86,5%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	591	701	84,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.278	1.494	85,5%
II.3.3 Justiça Federal	10.016	11.369	88,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	470	543	86,7%
II.3.5 Justiça Eleitoral	6.443	7.486	86,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	17.117	19.963	85,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.382	2.669	89,2%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	136	222	61,4%
II.4. Defensoria Pública da União	468	576	81,2%
II.5 Ministério Público da União	5.614	6.398	87,7%
II.5.1 Ministério Público da União*	5.540	6.309	87,8%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	74	89	82,8%

\*Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2019.

# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

R\$ Milhões

## Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Nov		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA*)
	2018 (a)	2019 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.189.769	1.213.410	2,0%	9,3%
II.1 Poder Executivo	1.138.237	1.158.385	1,8%	9,3%
II.2 Poder Legislativo	9.753	10.510	7,8%	11,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.589	4.917	7,1%	14,2%
II.2.2 Senado Federal	3.537	3.819	8,0%	8,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.628	1.774	9,0%	9,7%
II.3 Poder Judiciário	35.999	38.433	6,8%	9,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	518	591	14,2%	17,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.208	1.278	5,8%	10,1%
II.3.3 Justiça Federal	9.472	10.016	5,7%	8,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	443	470	6,2%	7,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	6.045	6.443	6,6%	10,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho	15.996	17.117	7,0%	8,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.210	2.382	7,8%	8,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	109	136	25,1%	38,9%
II.4. Defensoria Pública da União	480	468	-2,7%	11,7%
II.5 Ministério Público da União	5.299	5.614	5,9%	5,7%
II.5.1 Ministério Público da União*	5.232	5.540	5,9%	5,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	67	74	10,1%	17,6%

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2019, na comparação com a despesa paga 2018, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

A margem de enquadramento **difere** por poder/órgão em razão da diferença entre a **despesa paga e o limite em 2018** e da **compensação** estabelecida pelo Poder Executivo no **PLOA 2019**.

\*Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2019.

# Regra de Ouro

## Art. 167 da Constituição Federal

Selecione o mês  
de referência

nov/19

% da despesa coberta com  
receita considerada



Margem de suficiência  
dos últimos 12 meses  
(em bilhões)

**R\$ -131,04**

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

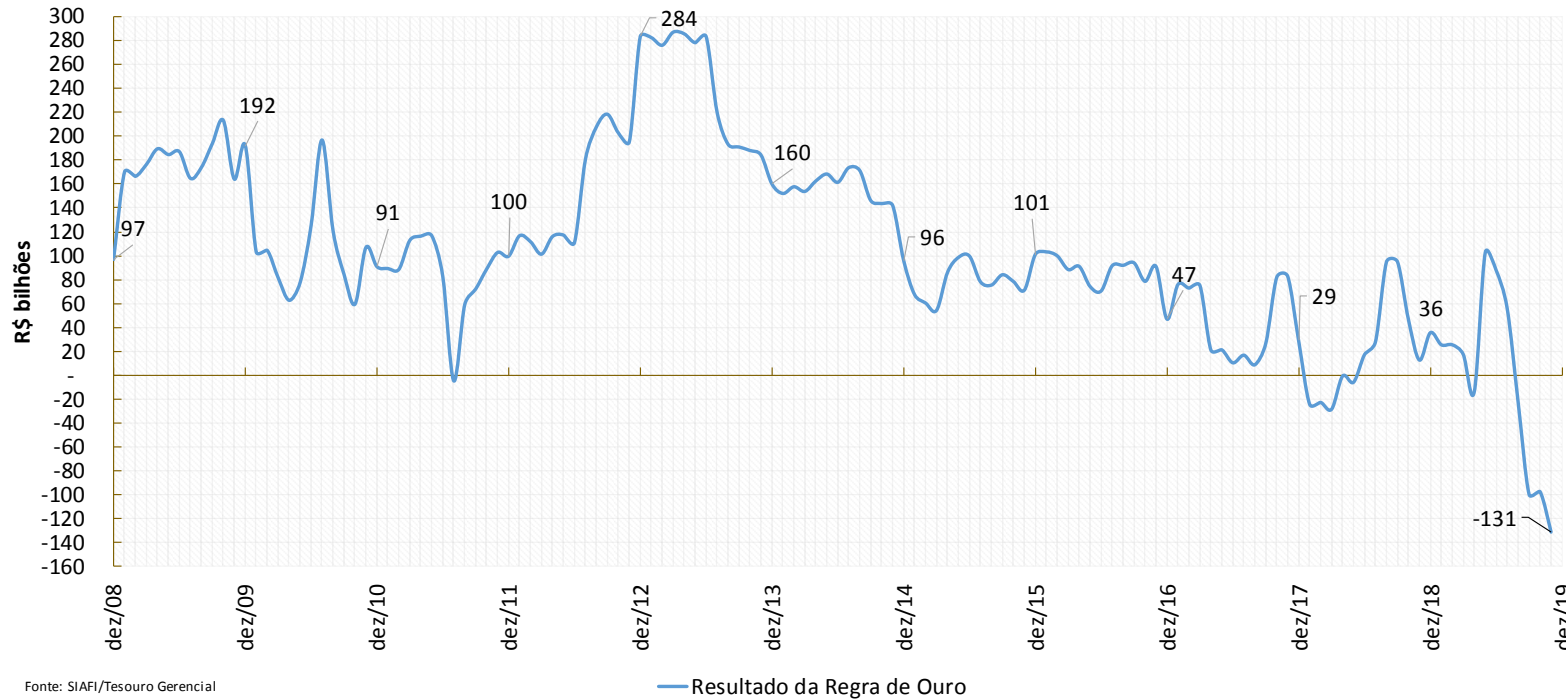
	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
<b>Despesas de Capital</b>	<b>15,70</b>	<b>803,85</b>	<b>856,71</b>
<b>Receita Considerada</b>	<b>81,29</b>	<b>961,64</b>	<b>987,74</b>
Receitas de Operações de Crédito	108,04	921,33	962,37
(-) Variação do colchão da dívida	26,76	-40,31	-25,38
<b>Resultado</b>	<b>-65,59</b>	<b>-157,79</b>	<b>-131,04</b>
<b>Ressalva Constitucional</b>	<b>47,26</b>	<b>160,22</b>	<b>160,22</b>

# Regra de Ouro

## Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito) 2008 a 2019: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

No acumulado em 12 meses até novembro/2019, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 131,0 bilhões**.

Ressalta-se que neste valor não foram considerados os créditos suplementares pagos, aprovados por meio da Lei nº 13.843/2019 (pagamento até novembro: **R\$ 160,2 bilhões**; aprovação: R\$ 248,9 bilhões).

O cumprimento da Regra de Ouro é verificado em bases anuais no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial.

# Regra de Ouro

## Art. 167 da Constituição Federal

### Suficiência da Regra de Ouro 2019/ 2020 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Contas	2019	2020	
		Sem superávit financeiro	Com superávit financeiro*
Despesas de Capital (I)	847,5	1.009,4	1.009,4
Investimentos	31,3	19,5	19,5
Inversões Financeiras	73,4	79,0	79,0
Amortizações	742,8	910,9	910,9
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b)	1.056,0	1.371,4	1.139,6
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	975,2	1.197,9	1.197,9
Variação da Sub-conta da Dívida (b)	-80,8	-173,5	58,3
<b>Margem da Regra de Ouro (III = I - II)</b>	<b>-208,5</b>	<b>-362,0</b>	<b>-130,2</b>
<b>Ressalva Constitucional PLN 4/19 (c)</b>	<b>248,9</b>		
Margem após a ressalva constitucional (d = III + c)	40,4		

\* Previsão de superávit financeiro de 2018 e 2019 a ser utilizado no pagamento de despesas em 2020 (detalhamento abaixo). O superávit a ser postposto para 2020 poderá ser menor caso haja alterações nos cenários de despesas de capital ou frustração em fontes de receitas de 2019.

Previsão de superávit financeiro	2020
52 - Resultado Banco Central*	162,6
59 - Retorno OC (BNDES etc.)**	69,2
<b>Total</b>	<b>231,8</b>

\* Inclui parcela referente ao resultado recebido em 2018 (R\$ 141,2 bilhões) e parcela referente ao resultado recebido em 2019 (R\$ 21,4 bilhões).

\*\* A devolução antecipada do BNDES em 2019 totaliza, até o momento, R\$ 100,00 bilhões, dos quais R\$ 30,8 bilhões foram utilizados no próprio exercício.

A **projeção** atual mostra um **equilíbrio na margem** para o cumprimento da Regra de Ouro em 2019.

A **aprovação do crédito suplementar** por meio da Lei nº 13.843/2019 (referente ao PLN Nº 04/2019) torna possível a utilização de fontes superavitárias como o resultado do Banco Central e o retorno antecipado do BNDES para cobertura parcial da insuficiência da margem da Regra de Ouro em 2020.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

# Relatório de Riscos Fiscais da União - 2019

## Publicado em Dezembro/2019



O Relatório apresenta a situação dos Riscos Fiscais aos quais a União está exposta. Esta é a primeira edição do relatório, que terá periodicidade anual e atuará como ferramenta para o monitoramento da sustentabilidade fiscal do país, complementando o papel desempenhado pelo Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Pode ser acessado em:

<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/thot/transparencia/arquivo/31398:1048186:inline:16813843748628>

# Relatório de Riscos Fiscais da União - 2019

## Classificação e fontes dos riscos fiscais



O Relatório está estruturado em duas seções, além da Apresentação, da Introdução e do Sumário Executivo. Na seção 1, os Riscos Fiscais Macroeconômicos estão divididos pelos seus impactos em Receitas, Despesas e sobre a Dívida Pública, enquanto na seção 2 são abordados riscos fiscais específicos.

# Relatório de Riscos Fiscais da União - 2019

## Riscos macroeconômicos – Receitas e despesas

Aproximadamente 93% da receita primária está sujeita a volatilidade relacionada à variação de parâmetros macroeconômicos, como o PIB real, inflação, câmbio e massa salarial. Pelo lado da despesa primária, a volatilidade está ligada às variações do salário mínimo e do INPC, impactando principalmente as despesas com benefícios previdenciários e assistenciais.

Em R\$ milhões

Impacto da Variação de 1 p.p. nas Variáveis Macroeconômicas					
Receita	Variáveis				
	PIB	Inflação	Câmbio	Massa Salarial	Juros
Receitas Administradas pela RFB	6.567	6.259	1.026	616	308
Receitas Previdenciárias	574	574	-	3.533	-
<b>Total</b>	<b>7.141</b>	<b>6.833</b>	<b>1.026</b>	<b>4.149</b>	<b>308</b>

Em R\$ milhões

Despesa	Aumento de R\$ 1,00 no Salário Mínimo	Aumento de 0,1 p.p. no INPC <sup>(1)</sup>		
	Benefícios de 1 Salário Mínimo	Benefícios de 1 Salário Mínimo	Benefícios acima de 1 Salário Mínimo	Total
I. Arrecadação do RGPS	38,8	38,7	6,6	45,3
II. Benefícios Previdenciários	245,0	244,5	381,1	625,6
III. Déficit do RGPS (II – I)	206,2	205,8	374,6	580,3
IV. Benefícios Assistenciais	61,1	61,0	-	61,0
V. FAT	30,9	30,9	16,9	47,8
<b>Total (III + IV + V)</b>	<b>298,2</b>	<b>297,6</b>	<b>391,5</b>	<b>689,1</b>

As divergências entre as receitas e despesas projetadas na peça orçamentária e as verificadas ao longo do exercício impactam significativamente a execução orçamentária. Dada a necessidade de se cumprir as metas fiscais estabelecidas no âmbito da LDO, as mudanças nas variáveis macroeconômicas, especialmente aquelas relacionadas com a redução das receitas ou elevação das despesas, se refletem em contingenciamentos de recursos.

# Relatório de Riscos Fiscais da União - 2019

## Riscos macroeconômicos – Dívida

A dívida bruta do Governo Geral (DBGG) apresenta grande sensibilidade à taxa de juros, ao PIB real e ao resultado primário.

O aumento de 1 p.p. na taxa Selic no período de 2020 a 2022 leva a um aumento de 1,63 p.p. na DBGG sobre o PIB em 2022, enquanto reduções de 1 p.p. para o mesmo período no PIB real e no resultado primário levam, respectivamente, a um aumento de 3,21 p.p. e de 4,08 p.p..

Ainda que o cenário base para o endividamento aponte para a estabilização no médio prazo, choques adversos sobre a taxa Selic, o PIB real e o resultado primário podem prejudicar essa trajetória. Em um cenário onde os choques adversos sobre juros, PIB real e resultado primário são combinados, a elevação da DBGG pode chegar a 9,23 p.p. em 2022.

### Sensibilidade da dívida à taxa de juros, ao crescimento real do PIB e ao resultado primário

Choques	Diferença em Relação ao Cenário Base (% PIB)							
	DLSP				DBGG			
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
PIB – 1 p.p.	0,54 p.p.	1,12 p.p.	1,73 p.p.	2,38 p.p.	0,72 p.p.	1,57 p.p.	2,37 p.p.	3,21 p.p.
Primário/PIB – 1 p. p.	1,00 p.p.	2,03 p.p.	3,06 p.p.	4,12 p.p.	0,96 p.p.	1,99 p.p.	3,03 p.p.	4,08 p.p.
SELIC + 1 p.p	0,24 p.p.	0,68 p.p.	1,19 p.p.	1,75 p.p.	0,23 p.p.	0,64 p.p.	1,11 p.p.	1,63 p.p.
Choques combinados	1,78 p.p.	3,87 p.p.	6,11 p.p.	8,49 p.p.	1,99 p.p.	4,32 p.p.	6,71 p.p.	9,23 p.p.

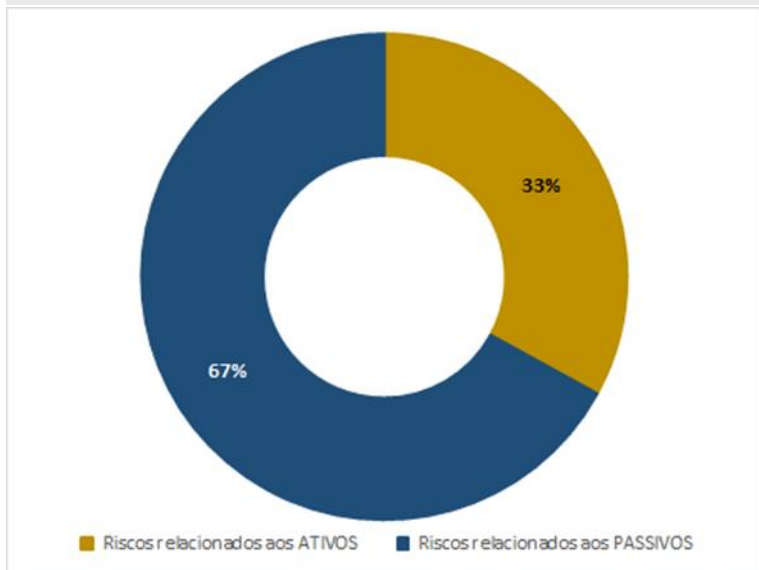
# Relatório de Riscos Fiscais da União - 2019

## Exposição da União a riscos específicos

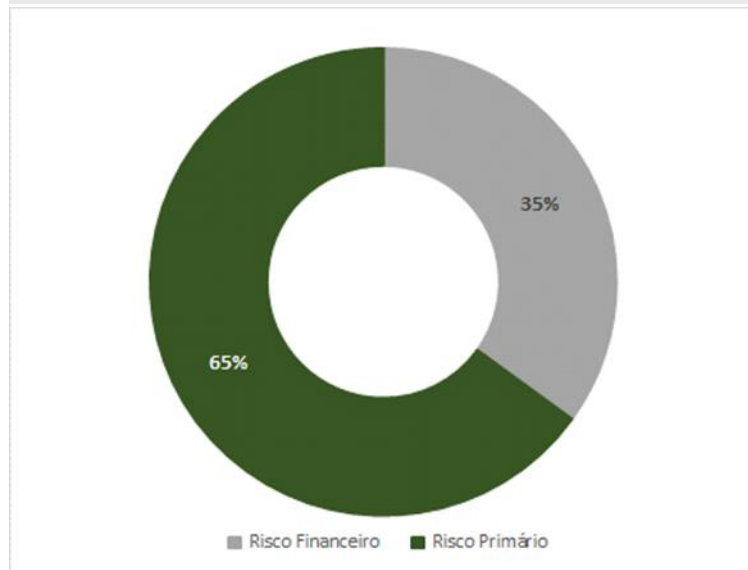
A exposição a riscos específicos se elevou em 2019 e chegou ao valor de **R\$ 4,2 trilhões**, apresentando um aumento de R\$ 507 bilhões em relação ao registrado ao final de 2018.

A maior parte desses riscos está associada a passivos (67%). Quanto à distribuição dos riscos fiscais por tipo de impacto, 65% está associada a potencial impacto primário.

Composição dos riscos fiscais por ativos e passivos:



Distribuição dos riscos fiscais por impacto primário ou financeiro:

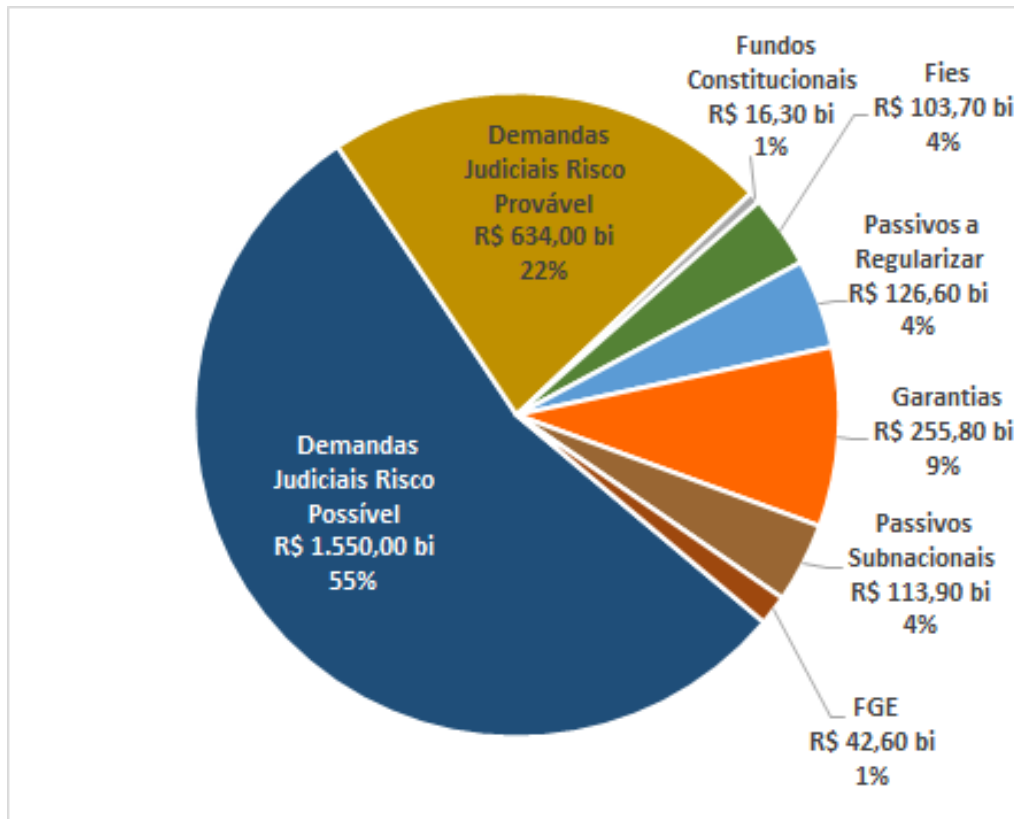


Os riscos fiscais podem se materializar tanto pelo não recebimento de receitas associadas a ativos quanto elevação de despesas não previstas associadas aos passivos da União. A depender da natureza do risco o impacto pode sensibilizar o resultado primário.

# Relatório de Riscos Fiscais da União - 2019

## Exposição da União a riscos específicos associados a passivos

Durante o ano de 2019 os riscos específicos relacionados a passivos alcançaram o patamar de R\$ 2,8 trilhões. As demandas judiciais contra a União respondem por 77% dos riscos relacionados a passivos – 55% de risco possível e 22% de risco provável – e são seguidas por garantias (9%) e passivos a regularizar (4%).

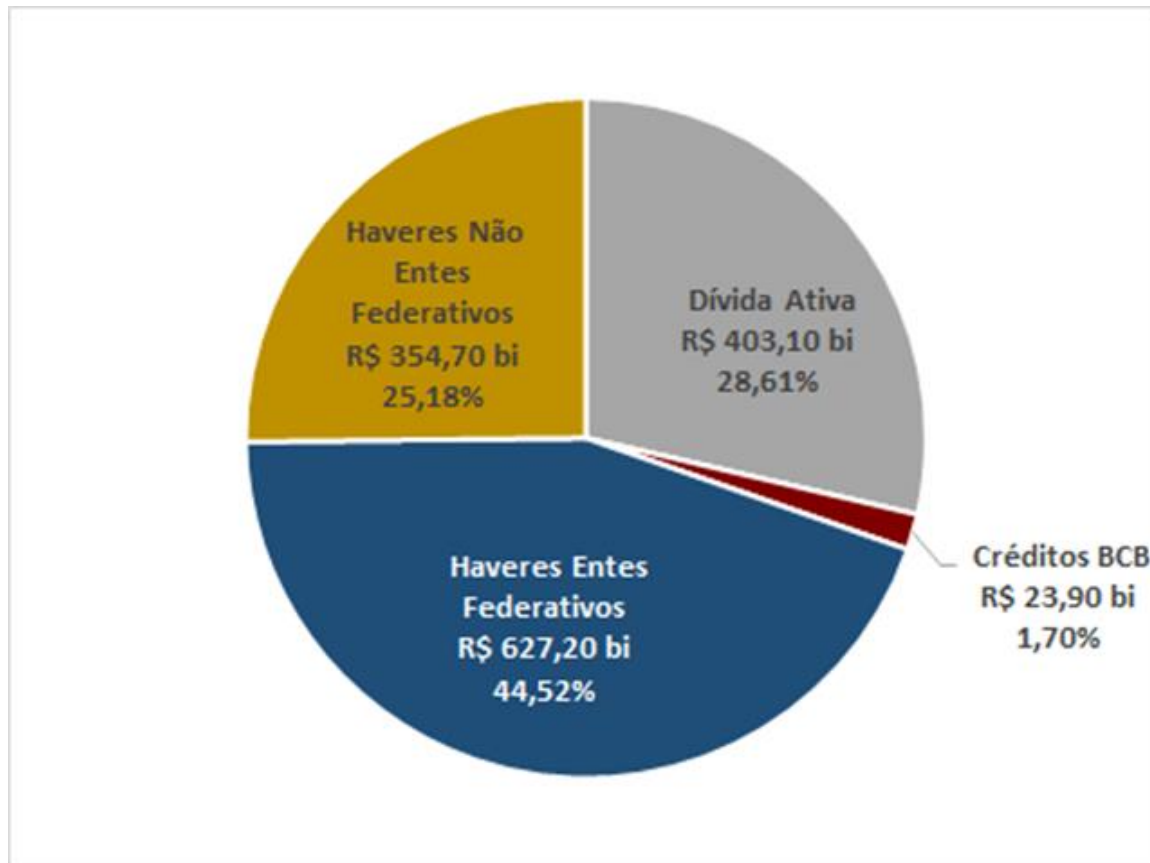


O valor do estoque de ações judiciais contra a União aumentou 290% de 2014 a 2019, sendo 29% com perda provável e 71% com perda possível.

# Relatório de Riscos Fiscais da União - 2019

## Exposição da União a riscos associados a ativos

Durante o ano de 2019 a exposição relacionada aos ativos alcançou o patamar de R\$ 1,4 trilhões. Entre os riscos associados a ativos, 45% estão ligados a haveres da União junto a entes subnacionais, 28% à Dívida Ativa da União e 25% a haveres não relacionados a entes subnacionais.



A Dívida Ativa refere-se a valores em favor da União que não foram pagos pelos devedores em seus vencimentos, ficando o governo autorizado a cobrar juros, multa e atualização monetária sobre os montantes devidos. De um ativo contingente de R\$ 2,34 trilhões, é esperada recuperação de apenas R\$ 403 bilhões, com a maior parte impactando o resultado primário.

# paq Tesouro

**Plataforma Online** de pagamentos do **Tesouro Nacional**

**Maior agilidade** para a GRU

**Compensação instantânea**

**Menos burocracia e mais eficiência**



SECRETARIA ESPECIAL DE  
FAZENDA

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



# Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

	Valores Correntes					
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	nov/13	28.349,7	nov/08	91.432,8	nov/11	104.586,6
2º	nov/09	10.662,8	nov/11	90.407,7	nov/13	85.494,6
3º	nov/11	4.629,7	nov/07	65.702,8	nov/08	83.380,4
4º	nov/07	4.504,1	nov/10	63.712,3	nov/10	65.633,0
5º	nov/03	2.362,1	nov/13	57.761,9	nov/07	59.912,4
6º	nov/04	1.757,1	nov/12	57.255,3	nov/12	58.738,6
7º	nov/00	1.290,8	nov/05	56.682,4	nov/05	53.906,5
8º	nov/05	1.278,0	nov/06	54.538,7	nov/06	50.529,5
9º	nov/17	1.260,6	nov/04	52.117,3	nov/04	46.159,2
10º	nov/02	1.027,3	nov/03	45.038,1	nov/03	41.839,5
11º	nov/10	884,9	nov/09	37.515,7	nov/02	29.933,1
12º	nov/99	785,4	nov/02	34.775,9	nov/01	24.593,8
13º	nov/01	784,8	nov/01	26.579,9	nov/99	24.277,6
14º	nov/97	276,3	nov/00	22.968,3	nov/00	21.013,0
15º	nov/06	-336,7	nov/99	22.119,7	nov/09	17.521,3
16º	nov/98	-1.158,6	nov/98	5.419,1	nov/98	3.817,5
17º	nov/08	-4.419,0	nov/97	3.402,4	nov/14	-10.038,5
18º	nov/12	-4.802,7	nov/14	-24.435,8	nov/15	-58.081,2
19º	nov/14	-7.191,7	nov/15	-59.034,6	nov/18	-109.503,0
20º	nov/18	-16.218,1	nov/19	-80.331,4	nov/19	-112.078,8
21º	nov/19	-16.489,2	nov/18	-88.473,9	nov/16	-160.296,4
22º	nov/15	-21.280,6	nov/16	-98.828,8	nov/17	-165.679,2
23º	nov/16	-38.466,7	nov/17	-103.232,4		

# Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de nov/19

R\$ Milhões - Valores de nov/19 - IPCA							
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses	
1º	nov/13	39.441,4	nov/08	171.414,3	nov/11	167.153,2	
2º	nov/09	18.654,4	nov/11	143.817,7	nov/08	155.909,3	
3º	nov/07	8.737,0	nov/07	129.711,0	nov/13	122.330,7	
4º	nov/11	7.190,0	nov/05	120.981,3	nov/07	118.064,4	
5º	nov/03	5.601,5	nov/04	119.162,5	nov/05	114.895,0	
6º	nov/00	4.056,6	nov/06	111.368,9	nov/10	111.214,7	
7º	nov/04	3.885,7	nov/03	109.691,7	nov/04	105.106,3	
8º	nov/02	2.704,7	nov/10	107.866,8	nov/06	103.051,7	
9º	nov/05	2.660,9	nov/02	97.567,5	nov/03	101.443,6	
10º	nov/99	2.616,1	nov/12	87.155,1	nov/12	89.447,3	
11º	nov/01	2.292,2	nov/13	81.839,6	nov/99	84.307,5	
12º	nov/10	1.465,6	nov/01	80.670,4	nov/02	83.515,2	
13º	nov/17	1.354,5	nov/99	76.524,0	nov/01	74.465,0	
14º	nov/97	1.017,6	nov/00	74.313,3	nov/00	67.839,0	
15º	nov/06	-680,4	nov/09	66.549,9	nov/09	30.196,3	
16º	nov/98	-4.193,0	nov/98	19.588,9	nov/98	13.716,2	
17º	nov/12	-7.067,6	nov/97	12.736,1	nov/14	-11.648,5	
18º	nov/08	-8.057,1	nov/14	-31.496,1	nov/15	-68.998,7	
19º	nov/14	-9.389,9	nov/15	-70.233,9	nov/19	-113.378,7	
20º	nov/19	-16.489,2	nov/19	-80.640,8	nov/18	-114.586,4	
21º	nov/18	-16.749,2	nov/18	-92.088,9	nov/17	-180.888,9	
22º	nov/15	-25.150,5	nov/16	-110.354,8	nov/16	-182.309,5	
23º	nov/16	-42.492,7	nov/17	-112.112,5			